



Políticas de Habitação e Comunidades Ciganas em Portugal

ALEXANDRA CASTRO
Audição Subcomissão Igualdade e Não Discriminação
Abril 2019

ÍNDICE

1. O diagnóstico possível

1.1. Precariedade habitacional

1.2. Habitação condigna e a diversidade de experiências sociourbanísticas

2. A igualdade de oportunidades comprometida: causas e manifestações

3. Eixos de ação estratégica e linhas de intervenção



I

O diagnóstico possível:

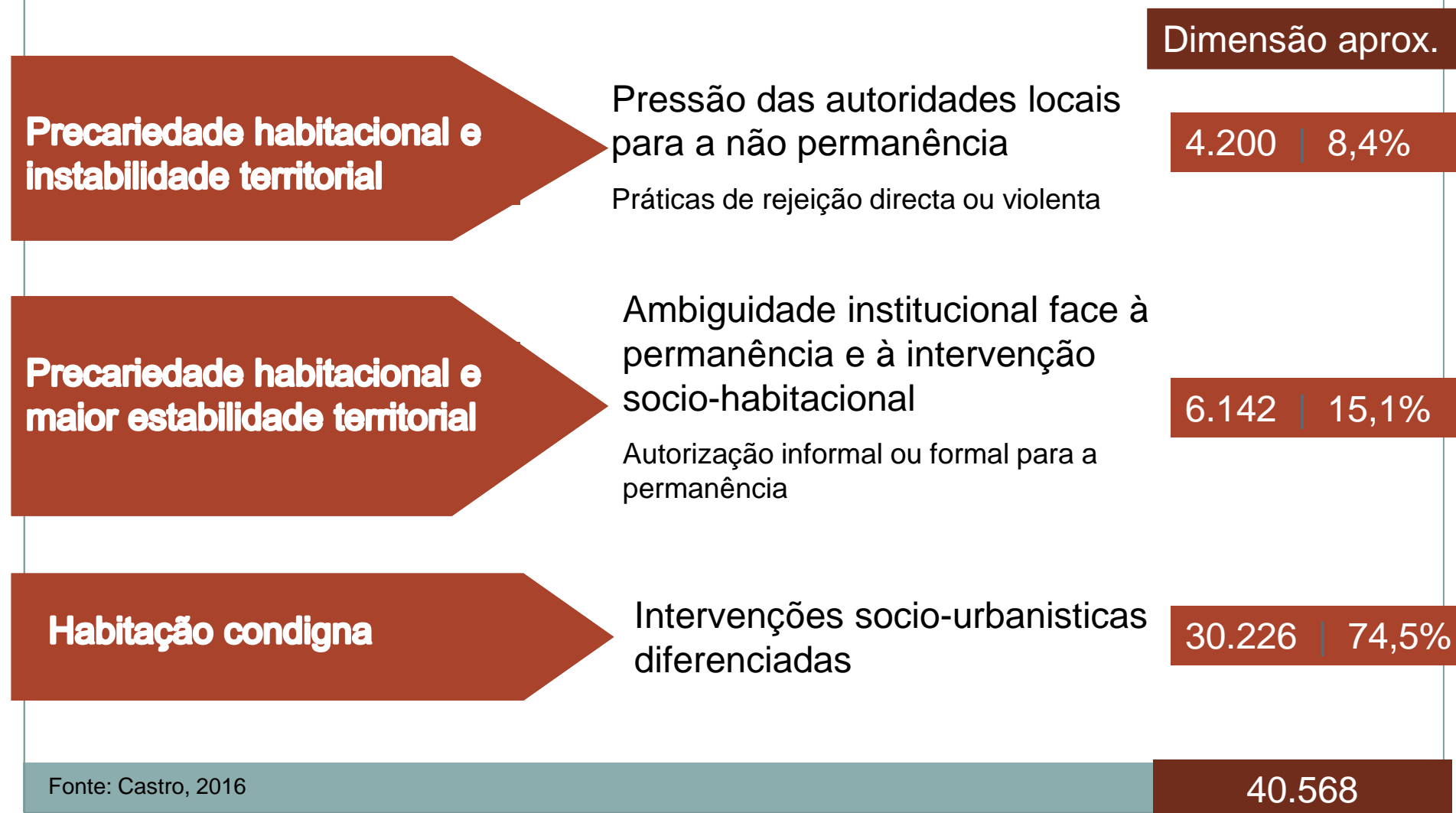
Algumas constatações e as limitações dos dados



Situação habitacional da população cigana uma expressão territorial diferenciada



Situação habitacional e Estratégias públicas de âmbito local



Precariedade habitacional entre a população cigana

Uma aproximação ao perfil de territórios



1.1. População cigana sem residência fixa: Precariedade habitacional e instabilidade territorial

Enquadramento

Direito de deslocação e emigração: “ A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional”

(Constituição Portuguesa, Artº 44, alínea I)

Inexistência de dispositivos normativos que regulem o estacionamento de populações itinerantes

Inexistência de áreas de acolhimento para a população Itinerante ou sem residência fixa

Ideia generalizada de que os ciganos não podem exceder as 24 ou 48 horas no mesmo lugar

Habitação móvel



1.1. População cigana sem residência fixa: Precariedade habitacional e instabilidade territorial

Enquadramento

Dec-Lei nº 310/2002, 18 Dezembro
Regime jurídico para “acampamentos ocasionais”

Número residual de casos com licença formal

1920: Regulamento para o serviço Rural da Guarda Nacional Republicana

“severa vigilância sobre os ciganos, observando-os constantemente nos seus movimentos com o fim de prevenirem e reprimirem os seus frequentes actos de pilhagem” (artº 182.º)

1985: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana

Vigilância sobre nómadas, mendigos e vadios.
Prostituição (Parte III - Serviço Territorial, a Secção XVII)



1.1. População cigana sem residência fixa: Precariedade habitacional e instabilidade territorial

Recomendações

Deve apostar-se numa efetiva DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO PARA AS FAMÍLIAS CIGANAS que se deslocam no território, para que a legislação esteja de acordo e respeite os princípios constitucionais de livre circulação, permanência e direito à habitação, assim como os sentimentos de pertença dos sujeitos.

As ações repressivas, de despejo e de mobilização forçada das famílias ciganas não podem ser ativadas sem o devido questionamento da sua condição habitacional e sem garantir alternativas residenciais concretas e estáveis.

Fonte: Brazzabeni et al. (2014)



1.1. População cigana sem residência fixa: Precariedade habitacional e instabilidade territorial

Recomendações

Lançar a interrogação sobre o significado e o uso da palavra – (pre)conceito “nómada”. Existem posições extremamente diferentes, inclusive a inexistência de ciganos nómadas em Portugal;

Evitar utilizar categorias identitárias sem serem sustentadas por uma rigorosa e contextualizada explicação e sem que os sujeitos diretamente envolvidos se reconheçam nelas;

Evitar o uso da categoria de “nómada” como pretexto para a desresponsabilização dos poderes públicos na promoção de respostas habitacionais ou para respostas temporárias aos problemas de habitação

(in: <http://weproject.unice.fr/publication/recommendations-palavras-que-excluem-Portugal>)



Alguns equívocos em torno do nomadismo ...

Naturalização da identidade cigana

Os ciganos são nómadas
por natureza

Os verdadeiros ciganos são
nómadas

Etnicização da exclusão social

Os ciganos têm modos de
vida, especificidades
culturais, tradições que
favorecem a pobreza e a
marginalidade

Transição unívoca Nomadismo - sedentarismo

O nomadismo tende a
desaparecer como sinal de
progresso, de rumo à
civilização, de segurança

“o problema cigano”
desaparecerá com o
sedentarismo

**Necessidades
habitacionais ocultas ou
subestimadas**

**A responsabilidade dos
problemas está nos
indivíduos**

**Aumenta o descrédito da
sua possível integração**

**Ignora-se a diversidade de
modos de vida e de
estratégias de
sobrevivência que
implicam a mobilidade
geográfica**

Estratégias públicas de âmbito local para a não fixação e para a mobilidade forçada

Argumentos

- Ilegitimidade da sua presença
- Ocupação abusiva do espaço
- Falta de salubridade e higiene dos espaços ocupados
- Perturbação da segurança e ordem pública
- Ausência de uma coexistência intra e inter-étnica pacífica
- Forma de beneficiar de determinadas medidas de protecção social ou de acesso a determinados serviços

Impactos

- Afastamento dos espaços públicos
- Redução das oportunidades de escolha de modos de vida e de acesso a uma habitação
- Redução das oportunidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho
- Enfraquecimento das acessibilidades a bens e serviços
- Diminuição das possibilidades de coexistência social
- Reforço dos estereótipos negativos

Retóricas de justificação da acção pública



1. A assunção de um fatalismo associado a determinados públicos em termos da inevitabilidade do fracasso dos seus percursos de integração social
2. O “pobre” como responsável das suas próprias condições de vida
3. O discurso da justiça social e a criação de destinatários prioritários das políticas públicas
4. A invisibilização política do problema da presença da população cigana como forma de minimizar os custos políticos de tomadas de posição
5. A intolerância da população local, o reforço dos estereótipos pelos media e as empresas de comunicação política
6. A crença de que os ciganos abandonarão o concelho como forma de auto resolução do problema e como sustentação para se adiar a intervenção
7. O reconhecimento da necessidade de soluções diferenciadas em matéria de habitação social e a expectativa de uma receita vinda do exterior

1. A assumpção de um fatalismo associado a determinados públicos em termos da inevitabilidade do fracasso dos seus percursos de integração social



"Há um casal de ciganos que tem feito uma vida pacata, tem-se dado alguma assistência, acho que os filhos já estão a ir à escola, mas **com a outra comunidade não se consegue nada disso**, porque de facto os miúdos são muito revoltados, têm sempre uma energia fantástica e dá-lhes sempre para o mal"

(Entrevista a Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

"É evidente que para muitos ciganos **quando se fala em trabalho, isso não é com eles...**"

(Entrevista a Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

"O nosso problema acaba por ser o da generalidade dos municípios que têm comunidades ciganas, que é **como é que nós integramos quem não quer ser integrado?** É o nosso grande problema. Se calhar a culpa é nossa, nós queremos integrá-los com base na nossa forma de estar e na nossa forma de viver, de acordo com o nosso método de vida, eles têm um método próprio de vida."

(Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.08)

**Ciganos responsáveis pela sua situação e vítimas de si próprios:
uma questão de dominação ou de modalidades de produção das desigualdades?**

2. O “pobre” como responsável da sua própria condição de vida



“(...) eu que vivo no concelho quase há 30 anos, felizmente não conheço pessoas que vivam em barracas, há excepção das comunidades étnicas minoritárias, que **provavelmente até habitam aí por opção**. Mas mesmo que existam pessoas que habitem em barracas, há uma coisa que me começa a preocupar, é que **ontem ao dar uma volta pela cidade, vi sem abrigos, e é que esses nem sequer têm barracas**, e se quiserem passar ao pé do Hospital Espírito Santo poderão confirmar o facto.”

(Deputada Municipal, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal, 21.02.2003)

“Não entendo famílias que recebem 900 euros de subsídio e que vivem numa barraca e que se recusam a pagar 150 euros de renda de casa (...) **é uma cultura de dependência, em que a etnia cigana se enquadra. (...) Criou-se a ideia que são pobres, uns coitadinhos e como tal têm de ser ajudados. (...) A comunidade em geral é assim, mas a de etnia cigana é mais acentuada. (...)** não digo que um senhor de oitenta anos vá trabalhar para pagar a casa, mas os mais novos têm de criar essa mentalidade e que têm de trabalhar para terem as coisas. (...) Queria ter uma resposta mais efectiva, porque **há alguns que estão muito habituados e não querem sair de barracas**. Querem a barraca, não admitem mais nada, há quem não queira ir para habitação social.”

(Entrevista a vereadora de uma câmara municipal, Fevereiro 2010)

“todas essas famílias **são asseguradas pelo RSI e todas elas poderiam alugar uma casa**. E é dentro dessa base que estamos a tentar trabalhar. (...) não podemos ver esta situação isolada de tudo o resto dos problemas do concelho. E a câmara em termos de habitação social não a tem em número para suprir as necessidades. Há pedidos com mais de dez anos, são quase 800 pedidos no total.”

(Entrevista a vereadora de uma câmara municipal, Fevereiro 2010)

Etnicização da exclusão social ou modalidades de produção das desigualdades?

3. Justiça social e categorias de destinatários das políticas públicas



“Existem muito mais barracas, como o Bairro do X, Bairro Y, e se a Senhora Deputada passar por estes locais vai constatar que **é muito pior do que viver em barracas**. São 2 000 famílias que estão inscritas, e que nestes últimos meses se tem vindo a complicar, porque existem pessoas que ainda não vivem em barracas mas que **deixaram de ter dinheiro para pagar a renda**, e têm acções de despejo.”

(Presidente de Câmara, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Évora, 21.02.2003)

“A Câmara não pode ser **justa para uns e injusta para outros**, há que ter equilíbrio nas decisões que toma, daí o termo de violação dos direitos das crianças ciganas não corresponder à verdade, uma vez que a **situação em que elas vivem é a mesma em que já viviam quando vieram para o concelho que as acolheu e não as rejeitou.**”

(Vereador, Acta da Assembleia Municipal, 12.03.2009)

“se me está a perguntar se estamos a pensar atribuir a estas famílias habitação social e se lhes vamos dar preferência, não vamos (...) **também há necessidades de outras famílias que não são ciganas.**”

(Entrevista a vereadora de uma câmara municipal, Fevereiro 2010)

**Competição social pelos recursos das políticas públicas:
diagnóstico das situações e transparência nos processos de acesso aos recursos?**

4. A invisibilização: entre a auto-defesa e os custos políticos da intervenção



- "(...) como eu não tenho meios para resolver o problema dos ciganos, por uma questão de auto-defesa tenho procurado distanciar-me para que o problema se vá resolvendo por si próprio (...) a instalação desta família é recente e só estão cá porque há esta minha condescendência de ter fechado um pouco os olhos e de o meu colega ter deixado. Se estivesse cá outra câmara alguém já teria assumido uma posição de correr com eles daqui, mas eu não vejo grande inconveniente que eles se integrem, mas têm de ser eles a ir resolvendo a pouco e pouco os seus problemas (...) Não estou a ver que tenhamos condições para auxiliar muito a integração, a única coisa que eu estou a ver é para ir fechando os olhos para que as coisas se vão resolvendo por elas próprias, porque se a gente vai assumir uma posição de defesa criamos aqui logo grupos a guerrear-se, é a única maneira que nós temos para ir resolvendo o problema (...) eu penso que é um grupo que tem condições para se integrar sem grandes problemas, temos de suscitar o apoio da população e das instituições, eles não podem, segundo me parece é trazer para cá mais pessoas, porque se trouxerem mais torna-se mais difícil encontrar uma solução para isso"

(Entrevista, Presidente de Câmara, 28.08.06)

5. A intolerância da população local, o reforço dos estereótipos pelos media e as empresas de comunicação política



“A nossa ideia inicial era passá-los logo para a área urbana, mas depois começámos a ver que não resultaria porque **a população ainda não está preparada**, ninguém lhes quer alugar casa. As vezes vou sozinha alugar, mas quando digo que são ciganos eles não querem alugar, dão sempre muitas desculpas, mesmo com algumas medidas que a câmara toma, como comprometer-se, quando a família saísse de lá a câmara repararia tudo aquilo que eles estragassem.”

(Técnica de serviço social de uma Câmara Municipal, Fevereiro 2010)

“Também já pusemos a possibilidade de conseguirmos adquirir algumas casas no meio da localidade e inserir cada uma das famílias numa rua, mas **isto é um pandemónio com o resto da comunidade**, ficamos com eles ao pé.”

(Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.08)

“**não podemos ter vários pólos espalhados** e os nossos jardins continuarem a alimentar os cavalos deles”

(Presidente de uma Câmara Municipal, Fevereiro 2010)

O reforço das distâncias e do medo ou a possibilidade de desconstrução de estereótipos?

5. A intolerância da população local, o reforço dos estereótipos pelos media e as empresas de comunicação política (cont.)



“Não são os autarcas que não querem intervir, **são as populações que não querem que eles intervenham**”

(Notas da reunião extraordinária da Rede Social, Presidente de Câmara, 21.01.08)

“Os residentes, **os naturais de X, poderão não vir a acolher com bons olhos** um projecto de intervenção com esta população”

(Notas da reunião extraordinária da Rede Social, representante de uma entidade local, 21.01.08)

Culpabilização do racismo dos não ciganos: uma estratégia de desresponsabilização dos poderes públicos?

6. O abandono do concelho: auto-resolução do problema e fundamentação para se adiar a intervenção



"Muitas vezes **eles abandonam o local** porque não conseguem sobreviver minimamente e vão procurar melhores situações (...) **estou convencido que eles de um momento para o outro desaparecem**, começam a pressentir que noutra local será melhor, mais favorável para eles"
(Entrevista a Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

**Mobilidade geográfica e modos de sobrevivência:
a manifestação de um modo de vida ao serviço da selectividade no acesso às
oportunidades?**

7. O reconhecimento da necessidade de soluções diferenciadas em matéria de habitação social e a expectativa de uma receita vinda do exterior



Em declarações à Lusa, o presidente do município local, a cumprir o primeiro mandato, constatou que, um mês após a derrocada **“a única coisa que se conseguiu foi alguma notoriedade e aparecer nos meios de comunicação social** a abordar este tema. A tentativa de resolver o problema ainda não passou de uma mera tentativa. Estou desiludido com a situação que se vive naquele centro histórico **e sinto-me desapoiado**”. Contudo, disse que continua a “trabalhar” e a efetuar “vários esforços” para inverter a situação, mas até à data **as várias tentativas efetuadas têm-se revelado infrutíferas**.

(Jornal i, 05.02.2010)

Responsáveis autárquicos reconheciam a **inexistência de directrizes, regulamentos e apoios específicos** para se desencadear a intervenção desejada e manifestavam a sua insatisfação relativamente a entidades de âmbito central, que embora tenham “manifestado o seu empenho, **em termos práticos têm feito muito pouco**”

(Vice-Presidente, Acta da Assembleia Municipal, 12.03.2009).

“Existe uma diferença entre barracas e casas abarracadas (...). As barracas propriamente ditas têm sido aquelas que a etnia cigana tem vindo a habitar, e que vão ser desalojadas das barracas e **tentar enquadrá-las em condições muito próprias e muito específicas**.”

(Presidente de Câmara, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal, 21.02.2003)

“Para a Câmara Municipal **o problema do realojamento está a cargo da Caritas**, pois a parte da edilidade já foi cumprida com disponibilização do terreno, disse um responsável camarário. (...) Para os habitantes das barracas de chapa de zinco e papelão, é real a garantia de não virem a usufruir duma casa do IGAPHE, segundo a Caritas.”

(Diário de Notícias, 22 Maio 1991)

Cooperação institucional instável/inexistente e a indefinição de competências nos processos de luta contra a pobreza

O enfoque no funcionamento do sistema associado à precariedade habitacional

uma retórica com tradução em modalidades de intervenção

Instrumentos de regulação e financiamento

- Inexistência de oferta de habitação social para responder às necessidades
- Carências de linhas de financiamento flexíveis para os projectos de realojamento
- Desadequação de projectos/programas face às características da população
- Existência de vários desfasamentos: entre as evidências científicas e as decisões políticas; entre o planeamento estratégico de habitação social e os ciclos políticos

Modelos e gestão da habitação

- Modelo concentracionista de construção de habitação social
- Gestão indiferenciada do parque habitacional, nomeadamente na distribuição das famílias pelos fogos existentes
- Modelos de habitat desadequados ao perfil das famílias (dimensão, necessidade de armazenamento de mercadoria para venda...)
- Falta de trabalho em rede

Peso dos estereótipos

- Representações negativas de actores institucionais e políticos sobre a população cigana e desenvolvimento de categorizações dos destinatários das políticas sociais
- Falta de coragem / vontade política de implementar projectos dirigidos à população cigana
- Dificuldade de acesso ao mercado livre de habitação, devido ao peso dos estereótipos
- Pressões da população local a um eventual realojamento na proximidade da sua residência

Que factores contribuem para a perpetuação das situações de precariedade habitacional?



- Ideologia política a diferenciar a capacidade de intervenção?
- Falta de vontade política para intervir?
- Escassez de recursos a nível local?
- Falta de programas habitacionais que respondam às especificidades da população cigana?
- Aumento das controvérsias em torno do perigo de desvalorização do valor imobiliário ou fundiário decorrente de realojamentos?
- Categorização dos destinatários das políticas públicas? Pobres de 1ª e pobres de 2ª? Que categorias são mobilizadas nos processos de selecção?

Variáveis para a construção de clusters



- ideologia majoritária dos municípios no período entre 1997-2009
- tipo de território
- peso de alojamento público no parque habitacional do concelho
- peso de população cigana em alojamentos não clássicos no total de pessoas ciganas residentes
- Peso da população em alojamentos não clássicos no total da população

Descrição das situações tipo



Territórios pouco atractivos e de dimensão acentuada de contrastes sociais

31 concelhos

- Território Urbano-industrial difuso e Rural envelhecido, desqualificado e pouco equipado
- Tendencialmente ou totalmente de direita
- 1,5% de alojamentos públicos no parque habitacional do concelho
- 67,8% de ciganos em alojamentos não clássicos face ao total de ciganos residentes
- 0,9% de população a residir em alojamentos não clássicos

A atractividade do urbano e das zonas fronteiriças: o maior peso das políticas públicas na redução dos contrastes sociais

19 concelhos

- Território Urbano consolidado em consolidação, qualificado e equitativo e Rural com concentração demográfica
- Período repartido entre direita e esquerda ou totalmente de esquerda
- 3,5% de peso de alojamentos públicos no parque habitacional do concelho
- 21,1% de ciganos em alojamentos não clássicos face ao total de ciganos residentes
- 0,7% de população a residir em alojamentos não clássicos



II

**A igualdade de
oportunidades
comprometida**

**Causas e
manifestações**



Responsabilidade individual/étnica da pobreza

Repercussões a nível local



Práticas sociais

Anti-ciganismo

- Bloqueio no acesso a políticas públicas
- Mobilização de fundos públicos para “convidar” ciganos a abandonar território concelhio
- Recusa a candidaturas a projectos/programas ou à inclusão da população cigana como destinatária

Práticas profissionais

Processamento burocrático de medidas e programas

- Fraco conhecimento das necessidades, competências e expectativas face ao futuro de indivíduos e famílias
- Intervenção que segue a lógica dos recursos disponíveis

Práticas institucionais

Fechadas sobre si próprias

- Fraca dinâmica de parceria
- Fraca mobilização concertada dos recursos disponíveis
- Desvirtuamento da filosofia de determinadas medidas

Diversidade de intervenções ao nível da habitação - habitat

Composição social

- Homogéneos (Pombal, Elvas-Bº Pias, Campo Maior...)
- Heterogéneos (Aveiro-Urbanização Santiago...)

Localização espacial

- Na malha urbana (Bairros municipais de Lisboa)
- Periféricos e desintegrados dos espaços urbanos consolidados (Pombal, Elvas-Bº Pias, Beja-Bº das Pedreiras, Campo Maior...)

Arquitectura

- Soluções arquitectónicas universais
- Soluções em função de aspectos particulares dos estilos de vida (Loulé, Santo Tirso, Lisboa-Bº Bom Pastor...)

Tipo de intervenção

- Atribuição de habitações em função dos critérios de elegibilidade
- Abordagem integrada e sistémica face à multidimensionalidade dos processos de exclusão (Coimbra-CEH, Aveiro-Urbanização Santiago, Lagoa-Bº Jacinto Correia e o Bº de Porches),

Principais problemas na gestão do arrendamento em contextos multiculturais

Problemas

- Projetos de realojamento no qual se concentram as famílias ciganas num mesmo bairro, rua ou bloco criando situações de segregação socioespacial;
- Planear os processos de acordo com imagens estereotipadas não considerando a existência de diferenças socioeconómicas e relações intra e inter étnicas diferenciadas
- Produção de alojamento de má qualidade e sem as infraestruturas sociais adequadas, bem como a ausência de planos de manutenção do edificado – ações urbanas sem a componente social
- Existência de tensões latentes ou explícitas entre os ciganos e não ciganos que derivam do desconhecimento e conseqüente receio e impelem para uma não relação ou relação conflitual social ou de acesso a determinados serviços

Impactos

- Segregação socioespacial e imagens negativas estereotipadas de bairros, ruas, lotes
- Tensões entre residentes: aumento de sentimento de insegurança, dificuldades de promoção de modos de gestão coletiva e empoderamento dos residentes
- Degradação dos edifícios e não reconhecimento da existência de dificuldades de acesso à habitação que perduram para além da erradicação dos nucleos degradados;
- Inexistência de articulação nas políticas estruturais (habitação, emprego, formação, educação)

Projetos Especiais e Bairros Periféricos, desintegrados dos espaços urbanos consolidados e socialmente homogêneos



A diferença não pode ser usada para se justificarem projetos habitacionais especiais para a população cigana, que fomentam a marginalização e a discriminação

O que justifica esta ação?

- a) falta de consenso político e social para alocar as respostas existentes ou criar soluções alternativas, que cumpram as leis portuguesas em matéria de **acesso incondicional à habitação** por parte dos ciganos
- b) Existência de uma **imagem estereotipada** associada aos ciganos, sem estar suportada em qualquer evidência empírica ou científica.
- c) A **necessidade quantitativa** de alojamentos relegou para segundo plano algumas das questões de ordem qualitativa



Lições sobre o Programa de Erradicação de Barracas em Avilés

Critérios de sucesso

Consenso Político

- Liderança municipal
- Envolvimento de todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal
- Partilha de custos entre entidades locais

Combinação de iniciativas locais com planos nacionais

- Criar alianças e redes entre o nível nacional, distrital, local

Constituição da parceria

- Grupo de trabalho para coordenar actores envolvidos, facilitar consenso político, desencadear a implementação de acções
- Envolvimento activo dos beneficiários das acções

Respostas integradas e sistémicas

- Processos multidimensionais de inclusão social

Serviços orientados para os clientes

- Processos de inclusão social de longo prazo
- Envolver beneficiários na determinação das suas necessidades
- Abordagem individualizada, continuada e flexível

Competências profissionais

- Desenvolvimento de competências profissionais adaptadas de todos os actores envolvidos

Monitorização e avaliação



III

**Eixos de
acção
estratégica e
linhas de
intervenção**



PARA UMA EFETIVA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Medidas/ Propostas	Benefícios
<ul style="list-style-type: none">• Promover a transparência nos processos de acesso à habitação social, nomeadamente em termos dos critérios de elegibilidade e de atribuição• Produzir centralmente orientações claras para a elaboração de regulamentos de acesso e atribuição de alojamentos sociais, exigindo-se a publicação das listas de candidatos a habitação social• Promover a elaboração de Programas Locais de Habitação como uma forma de reduzir as controvérsias políticas e sociais quando se trata de alojar famílias ciganas• Monitorizar a evolução das condições de alojamento das famílias que residem em alojamentos não clássicos, permitindo a sinalização e resolução de situações de grave carência habitacional• Monitorizar os projetos de realojamento que são delineados no sentido de evitar que se fomente a segregação socio espacial• Criar quotas de acesso à habitação pública para populações alvo de discriminação étnica• Promover uma discussão pública sobre exclusão espacial e desigualdades sociais; modelos habitacionais• Reforçar as possibilidades de mediação das equipas RSI	<ul style="list-style-type: none">• Construção de espaços que promovem relações positivas entre indivíduos e grupos culturalmente diferenciados• Redução da estigmatização e o confronto social• Aumenta a auto estima dos beneficiários e a confiança nas instituições• Favorece e cria melhores condições para integração nos domínios da educação e emprego• Reduz os problemas associados à concentração demográfica de famílias ciganas

Fontes



- Brazzabeni, M., Castro, A., Challinor, E. (2014) A promoção da incondicionalidade dos direitos para as famílias ciganas no âmbito das políticas públicas de habitação social, Lisboa, CRIA. Disponível em <http://weproject.unice.fr/publication/recommendations-palavras-que-excluem-portugal>
- Brazzabeni, M., Castro, A., Challinor, E. (2014) “From the universal validity of public policies to the conditionality of rights” in Piasere, L., Solimano, N. Cambini, S.T. (eds.) *Wor(l)ds which exclude. The housing issue of Roma, Gypsies and Travellers in the language of the acts and the administrative documents in Europe*, Fiesole, Fondazione Michelucci Press, pp. 117-156. Disponível em: <http://weproject.unice.fr/publication/e-book-low-resolution>
- CASTRO, A. (2007), “Dos contextos locais à invisibilização política. Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 15, Dezembro 2007, pp. 63-86.
- CASTRO, A. (2009), « Tsiganes, mobilité et sédentarisme: Quel lieu dans la ville? », *Études Tsiganes*, nº 39-40, pp. 112-127.
- CASTRO, A.; GONÇALVES (2016) Estudo exploratório longitudinal de pessoas ciganas beneficiárias de medidas de Ação Social/RSI, Lisboa, Instituto da Segurança Social
- CASTRO, A.; SANTOS, M. (2013), *Mediadores municipais ciganos. Balança da avaliação de um Projeto Experimental (2009-2013)*, Lisboa, ISCTE-IUL - Dinamia’Cet.
<https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/202605/Mediadores+Municipais+Ciganos.+Balan%C3%A7o+da+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+um+projeto+experimental+%282009-2013%29+-+Relat%C3%B3rio+S%C3%ADntese.pdf/b50ee988-of63-4c99-adc6-da6758cbc421>
- CASTRO, A. (2016) *Na luta pelos bons lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*, Lisboa, ACM.
https://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/OLHARES-9_online.pdf/8b4d9e41-c146-4588-ab03-a9688a168a82
- CET (2008), *Actas do Seminário Internacional Ciganos, Territórios e Habitat*, 8 e 9 de Abril 2008 - ISCTE, Lisboa, CET, p. 251.